

**IX CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION -
BRASA**

27 a 29 de março de 2008

Tulane University

New Orleans - Louisiana

**A Persistência Política dos Movimentos Negros
Brasileiros: transformações e novos desafios
institucionais**

Marcio André de Oliveira dos Santos

Doutorando em Ciência Política

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ

msantos@iuperj.br

Introdução

O presente trabalho constitui parte da pesquisa desenvolvida no mestrado em ciências sociais intitulado “A Persistência Política dos Movimentos Negros Brasileiros: processo de mobilização à 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo”. A reflexão que se segue é parte do terceiro capítulo “Do desmascaramento do mito da democracia racial à busca pelo reconhecimento”. Para uma compreensão mais abrangente do que se segue faz-se necessário uma pequena exposição sobre o objeto da dissertação como um todo.

A década de 1990 tem sido, indubitavelmente, caracterizada por transformações significativas no que tange a mudanças normativas e discursivas por parte das representações estatais e governos específicos quanto às denominadas “políticas raciais” ou políticas voltadas a “superação das desigualdades raciais”. A fim de estabelecer marcos analíticos mais consistentes demarquei três eventos que considere marcantes nesta mudança¹: 1) a *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida*, organizada pelos movimentos negros² e feita em Brasília em 1995; 2) o seminário internacional *Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos*, realizado pelo Ministério da Justiça em 1996, também em Brasília e; 3) a preparação brasileira para a 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, na África do Sul, em 2001. O primeiro evento obteve como resultado mais concreto a criação, por decreto presidencial, do Grupo de Trabalho

¹Tal escolha é propositalmente arbitrária dentre diversos outros eventos ocorridos durante toda a década de 90. A idéia não era a de mapear o grau de importância de tais eventos e sim analisar a relevância dos três eventos acima mencionados. Dedicamos todo um capítulo da dissertação para discutir o ciclo de conferências sociais das Nações Unidas nos anos 90 e as participações dos movimentos negros nestas. Tais conferências também são extremamente significativas para o entendimento das transformações institucionais pela quais os movimentos negros e a própria sociedade brasileira vem passando.

² Eventualmente o termo “movimentos negros” será neste trabalho substituído pela idéia de “organizações negras”. Do ponto de vista das práticas políticas são basicamente a mesma coisa, porém do ponto de vista conceitual cada uma dessas acepções mantém sua singularidade. No contexto da dissertação preferimos trabalhar com a idéia de “movimentos negros” ligado a dimensão mais estritamente política, como por exemplo escolhendo analisar a atuação de algumas ONGs e organizações que intitulamos de “filiativo-nacionais”. Literalmente, a percepção mais difundida entre os militantes do que seja “Movimento Negro” corresponde a idéia da atuação das *organizações negras*.

Interministerial para a Promoção da População Negra (GTI). Tal grupo tinha como objetivo fundamental estabelecer canais de interlocução política entre todos os ministérios, a fim de chamar a atenção e a responsabilidade para a urgência de políticas voltadas à superação das desigualdades raciais. O GTI não foi suficientemente investido do ponto de vista institucional e de recursos financeiros necessários a seu pleno funcionamento, enfraquecendo-se a ponto de tornar-se inativo pouco após sua criação. Formalmente continua existindo, porém sem nenhum trabalho prático.

Um outro resultado direto da marcha foi o reconhecimento da discriminação racial e do racismo pelo representante máximo do Estado naquele momento, o então presidente Fernando Henrique Cardoso. Tal fato é pleno de significação e fundamental para as mudanças que começam a ganhar corpo na sociedade brasileira referentes ao enfrentamento das desigualdades raciais e ao próprio *status* político que os movimentos negros assumirão.

Até o ano de 1995 o Estado brasileiro³ portava-se oficialmente como indiferente as desigualdades raciais, o mesmo que afirmar que tal aspecto da realidade social brasileira era taxativamente negado ou mantido sob ocultamento. Neste sentido, o Estado legitimava o *mito da democracia racial*, a ideologia segundo a qual as desigualdades sociais estariam desligadas totalmente da reprodução do “ciclo cumulativo” das desigualdades raciais (Hasenbalg & Silva, 1979; 1992). Tal mecanismo de racismo institucional destina o grupo negro (pretos e pardos) a um padrão de vida basicamente semelhante as gerações antecessoras, ou seja, praticamente todos os índices sociais permanecem desfavoráveis, diferentemente do que ocorre com parcela significativa do grupo branco.

A partir do momento em que o Estado reconhece que a discriminação e o racismo são fenômenos de ordem estruturante das desigualdades entre os grupos raciais, parece assumir para si a tarefa de criar medidas e alternativas com o objetivo de reduzir tais disparidades. Tal assertiva baseia-se, na realidade, na *força do discurso* feita pelo governo FHC naquele momento. Existe uma diferença imensa entre qualificar

3 Analiticamente existem diferenças não desprezíveis entre as idéias de políticas de “Estado” e “governo” que não estaremos aprofundando no âmbito deste trabalho. Em linhas gerais, políticas de Estado tendem a caracterizar políticas para um determinado segmento ou área de abrangência válidas para período de longa duração, a partir da percepção de que determinados aspectos da realidade social carecem de atenção continuada. Política de governo atendem basicamente ao mesmo princípio. A diferença fundamental é que nestas últimas tais políticas podem vir a ser modificadas de acordo com a mudança de gestão. As assim chamadas “políticas raciais” parecem se caracterizar bem mais pela noção de políticas de Estado.

a discriminação racial e o racismo como fenômenos estruturantes e efetivamente transformar tal análise em políticas de Estado. Até o ano de 1995, os movimentos negros foram fortemente marcados pelo “denuncismo”, ou seja, a necessidade de *ainda* chamar a atenção do Estado e da sociedade civil acerca da realidade excludente gerada pela conjunção entre racismo, discriminação racial e capitalismo enquanto práticas institucionalizadas e naturalizadas. O momento posterior tem sido marcado pelo estreitamento do diálogo entre representantes de organizações negras e instâncias governamentais diversas, possibilitando intercâmbios e parcerias pontuais com vistas a melhoria das condições de vida da população negra. Chamaremos tal momento de “fase propositiva”.

Tal periodização, por outro lado, não deve ser vista como estanque, linear, tampouco como necessariamente “progressista”, pois bem antes de 1995 já havia experiências de iniciativas conjuntas entre movimentos negros e Estado ou destes com os governos estaduais⁴, como nos mostram algumas experiências de secretarias estaduais de promoção e defesa das populações negras em diversas capitais do país (Nascimento & Larkin, 2000)⁵.

O seminário internacional “Multiculturalismo e racismo: a ação afirmativa nos estados democráticos” é um exemplo direto desta mudança normativa. Organizado e financiado pelo Ministério da Justiça, o seminário reuniu intelectuais do Brasil e do exterior - fundamentalmente brasilianistas - especialistas na temática das relações raciais e do racismo a fim de debaterem se haveria ou não condições adequadas para a implementação de políticas de ação afirmativa no contexto brasileiro. Sem entrarmos demais nos méritos do seminário quanto aos seus resultados, cabe-nos ressaltar que no discurso de abertura o presidente Fernando Henrique Cardoso declarou em alto e bom som que

4 Chamamos a atenção para o fato de que as noções de Estado e/ou governos, no sentido de representações de poder, encobrem vicissitudes diversas que não serão analisadas aqui. Em diferentes contextos as relações que os movimentos sociais e a sociedade civil estabelece com o que chamamos de Estado ou governo na verdade se configuram como relações entre institucionalidades, ou seja, entre representações institucionais que não atendem necessariamente a um marco referencial geral. A título de exemplificação, é bastante comum que secretarias determinadas ou mesmo ministérios façam eventos ou recomendações em termos de políticas que não condizem necessariamente com as orientações mais gerais do governo federal.

5 Pesquisas recentes nas áreas de ciências sociais e história política vem demonstrando que tais relações entre organizações negras e Estado datam de pelo menos os anos 30 do século XX. Consultar os trabalhos de Ferreira, Maria Cláudia Cardoso (2005, no prelo) e Silva, Joselina (2005, no prelo).

“(...) há uma repetição de discriminações e há a inaceitabilidade do preconceito. Isso tem de ser desmascarado, tem de ser, realmente, contra-atacado, não só verbalmente, como também em termos de mecanismos e processos que possam levar a uma transformação, no sentido de uma relação mais democrática, entre as raças, entre os grupos sociais e entre as classes”⁶.

Em termos analíticos, a declaração do então presidente-sociólogo é revestida tanto de carne simbólica quanto de orientações normativas no que tange a desconstrução oficial do *mito da democracia racial*. A mudança discursiva que denuncia e rejeita a democracia racial como construção mitológica e, neste sentido, falseadora das desigualdades raciais enquanto realidade social é paulatinamente substituída pela idéia-força de “promoção da igualdade racial”. Alguns conferencistas do seminário tentavam chamar a atenção no sentido de que não se perdesse a “democracia racial” como horizonte normativo e mesmo utopia, ou seja, de que por mais que não houvesse na prática uma efetiva igualdade racial entre brancos e negros tal perspectiva deveria continuar a ser construída. A perspectiva de uma “democracia racial” realmente existente, parece-nos, tem sido um dos principais horizontes políticos dos movimentos negros ao longo das últimas décadas. Entretanto, por detrás da idéia-força de “promoção da igualdade racial” demandas reivindicativas nem sempre compatíveis entre si são disputadas e negociadas entre os movimentos negros.

O terceiro evento é a própria preparação brasileira para a 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas de Intolerância Correlata, na cidade de Durban, na África do Sul em 2001. As conferências mundiais das Nações Unidas são conferências de governos, onde a sociedade civil freqüentemente participa na construção de itens ou enfatizando aspectos específicos para o feitiço final do documento nacional. Tem sido cada vez mais comum as relações

⁶ Cf.: “Multiculturalismo e Racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos”, org. Jessé Souza, p. 14.

de parceria entre governo e sociedade civil neste sentido. A preparação para uma conferência requer uma série de etapas sucessivas que vão desde a escolha do temário, país-sede, data até a realização das pré-conferências preparatórias em várias regiões do mundo⁷.

De forma compacta, a preparação para a 3ª CMR representou um momento de atestação da coerência ou ausência desta por parte do Estado quanto ao compromisso com as políticas de promoção da igualdade racial. Focando somente na experiência dos movimentos negros⁸, o que se constatou foi o que muitos militantes consideraram como apatia política por parte dos membros da delegação oficial acerca da importância da conferência para a sociedade brasileira. Constituída no início do ano 2000, os representantes da delegação oficial tiveram várias divergências com representantes dos movimentos negros presentes nas reuniões de preparação. Uma das divergências mais significativas foi expressa pelo presidente da delegação oficial, o embaixador Gilberto Sabóia que afirmara que a *sociedade brasileira não reivindicava mudanças nas relações raciais*. Tal afirmação provocou reações de indignação entre os ativistas e atestava naquele momento a esquizofrenia representada pelo que os movimentos negros reivindicavam e que o governo entendia como adequado.

O processo de preparação trouxe à tona de maneira bastante significativa divergências existentes no interior dos movimentos negros. As organizações negras que participaram mais sistematicamente do processo preparatório foram aquelas com capital político e organizacional mais consolidado⁹, freqüentemente com experiências anteriores de conferências das Nações Unidas ou fóruns internacionais. Tais organizações manipulavam mais facilmente não só os canais de comunicações para dialogar com representações do governo, como também capacidade de fazer *lobby* político, condições mais propícias para acompanhar as reuniões preparatórias - o que exige capacidade de angariar recursos de agências de cooperação internacional e

7 Descrevemos tais etapas no segundo capítulo da dissertação supra citada.

8 A preparação para a 3ª CMR mobilizou outros segmentos da sociedade civil e dos movimentos sociais. No entanto, para os propósitos desta reflexão, estaremos focando somente a experiências dos movimentos negros na relação com o Estado para o caso em questão.

9 Nossa pesquisa limitou as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, portanto tal modelo não pode ser generalizado para todo país. No entanto, cabe ressaltar que as organizações consideradas hegemônicas no processo era majoritariamente destas cidades.

nacionais. Esse “campo” dos movimentos negros foi claramente mais hegemônico do que qualquer um outro, por mais que suas demandas e reivindicações fossem feitas em nome de todos os movimentos negros ou da população negra em seu conjunto.

Durante o processo preparatório pelo menos três evidências disso se fizeram notar: a primeira foi a criação da Articulação de ONGs de Mulheres Negras, reunindo mais de 30 organizações de mulheres negras por todo o país. No entanto, a hegemonia de tal articulação ficou restrito a menos de cinco destas, todas do eixo Rio/São Paulo. A segunda evidência foi a criação do Comitê Impulsor, reunindo basicamente organizações dos movimentos negros, mas também representações de outros segmentos¹⁰. E a terceira foi a Aliança Estratégica Afro-Latino-Americana e Caribenha, com organizações negras do Brasil, Uruguai, Colômbia, Venezuela, etc.

Evidentemente que as configurações de tais articulações não são as mesmas, além do mais cabe frisar que cada uma delas desempenhou um papel de destaque no referido processo, seja na habilidade de negociação de pontos fundamentais para as estratégias gerais do movimento, seja no que tange a própria publicização e radiografia da realidade racial no país. Por outro lado, tais articulações foram forjadas alijando uma série de outros segmentos dos movimentos negros. As organizações “filitiavo-nacionais”, tais como Unegro, Agentes de Pastoral Negros, Movimento Negro Unificado, etc, freqüentemente foram mantidas à margem de tais processos. Ora devido a precária experiência em participação em fóruns internacionais e no próprio ciclo de conferências sociais das Nações Unidas, ora devido as disputas político-ideológicas existentes entre as organizações negras. Tal arquitetura política presente nos movimentos negros contemporâneos resultam de transformações profundas e continuadas. Abaixo iremos destacar as transformações ocorridas nos movimentos negros e na sociedade brasileira mais particularmente durante os anos de 1990.

10 Géledes, CEERT (Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades/SP), INSPIR (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial), Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados Federal, Articulação Nacional de Remanescentes de Quilombos, CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras), ANDES (Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior), ENZP (Escritório Nacional Zumbi dos Palmares), IROHÍN (ONG que publica jornal de mesmo nome), Sindicato dos Advogados de São Paulo, SMACOM (Secretaria Municipal de Apoio da Comunidade Negra de Belo Horizonte), IALODE (de Salvador) e o Deputado Federal de Mato Grosso do Sul Ben Hur Ferreira.

Onguização dos movimentos negros

Desde o início do ciclo de conferências sociais das Nações Unidas nos anos 90, a precária participação dos movimentos negros em fóruns internacionais tem se caracterizado por uma hegemonia política e organizativa de poucas organizações não-governamentais (ONGs) negras, especialmente aquelas cuja atuação concentram-se no eixo Rio de Janeiro/São Paulo. A explicação parcial desta hegemonia tem que ser entendida no contexto de um quadro institucional mais abrangente.

O que aqui chamamos de “onguização dos movimentos negros” caracteriza-se por transformações de natureza ao mesmo tempo política e institucional ocorridas durante a década de 1990 e início do ano 2000. Tanto a literatura sociológica ou da ciência política produzidas no Brasil não dão conta de tais transformações, ainda que alguns trabalhos apontem para mudanças na disputa política de movimentos sociais negros na esfera pública. No entanto, estudos recentes sobre os chamados *novos movimentos sociais* (Cohen e Arato, 1992, Santos, 1995, entre outros) nos ajudam a compreender um pouco melhor o que vem se passando no âmbito dos movimentos negros.

A literatura recente sobre movimentos sociais apontam para o fato de que após o fim da bipolaridade entre socialismo e capitalismo e o conseqüente enfraquecimento das utopias de esquerda, movimentos sociais de várias partes do mundo passaram a enfrentar mudanças profundas em suas práticas políticas. Os impactos advindos de tais mudanças impõem reconfigurações e a construção de novas estratégias de ação e atuação frente ao Estado e a própria sociedade civil. A transformação estrutural na dinâmica da sociedade brasileira, somado o esgotamento das energias políticas de esquerda dos anos 80, fazem com que apareçam reivindicações individuais e coletivas centradas na noção de cidadania¹¹. Se os movimentos sociais tradicionais e as organizações políticas de esquerda tinham como preocupação fundamental a modificação estrutural da ordem social, os chamados “novos” movimentos sociais

11 Gohn, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos”. Edições Loyola, 3ª edição, 2002, p. 302.

tentam trabalhar dentro do novo paradigma de democracia, fortalecido após o período da ditadura militar. Neste cenário, grupos de filiações diversas estarão disputando na esfera pública atenção por parte do Estado para suas demandas específicas resgatando “regras de civilidade e de reciprocidade ao se reconhecer como detentores de direitos legítimos¹²”. Neste sentido, de acordo com Maria da Glória Gohn,

“(...) os novos atores sociais que emergiram na sociedade civil brasileira após 1970, à revelia do Estado, e contra ele num primeiro momento, configuraram novos espaços e formatos de participação e de relações sociais. Estes novos espaços foram construídos basicamente pelos movimentos sociais, populares ou não, nos anos 70-80; e nos anos 90 por um tipo especial de ONGs que denominamos anteriormente de cidadãos ou seja, entidades sem fins lucrativos que se orientam para a promoção e para o desenvolvimento de comunidades carentes a partir de relações baseadas em direitos e deveres da cidadania¹³”

Os novos atores sociais, especialmente as ONGs, apesar de sua relevância em termos das mudanças sofridas pelos movimentos sociais, irão se caracterizar não mais pela clássica postura de atuação contra ou à revelia do Estado, como citado acima. A garantia da democracia formal e os novos modos de negociações e barganha fazem com que estes novos atores busquem atuar de maneira completamente diferente. Ao invés do enfrentamento direto com o Estado, buscam o diálogo. Ao invés do desgaste político travado nas ruas, nos fóruns, etc, busca-se a construção de parceiras institucionais. Os eixos das reivindicações deslocam-se das questões de infra-estrutura

12 Idem, p. 302.

13 Idem, p. 303.

básica, tais como educação, saúde, moradia, etc, para demandas de “sobrevivência física dos indivíduos, objetivando garantir um suporte mínimo de mercadorias para o consumo individual de alimento - como na Campanha da Ação da Cidadania, Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida¹⁴”.

No final dos anos de 1970 e durante praticamente toda a década de 1980, “Movimento Negro” remetia a noção quase que imediata de um conjunto de organizações negras, geralmente de escopo nacional - como o caso do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial - e cuja pretensão fundamental era a denúncia do racismo, a desconstrução do mito da democracia racial e sob certa medida a reivindicação de uma sociedade socialista. Quando da (re) fundação do MNUDCR em 1978, seus militantes desejavam uma mudança da ordem social, além de mais oportunidades para os negros no mercado de trabalho, na educação superior, em cargos de médio e alto escalão em setores do serviço público, etc. Havia aqueles que reivindicavam explicitamente a via revolucionária e outros que entendiam que era a partir dos próprios liames democráticos que as transformações mais substantivas poderiam vir a ser conquistadas e substancializadas.

As mudanças no quadro político internacional e nacional genericamente desenhado, influenciará decisivamente no formato das novas organizações negras e nas organizações negras nacionais. As razões tanto para a mudança de uma forma de organização quanto para outra são, evidentemente, diversas. Os movimentos negros de base filiativa, que aqui estamos chamando de “filiativo-nacionais”, como por exemplo, o MNU, a UNEGRO, os Agentes de Pastoral Negros, a CONEN, etc, tem como ideário fundamental atuar politicamente no âmbito de todo território nacional, visando a transformação profunda da sociedade brasileira, principalmente no que tange as relações raciais. Inspirados pelas lutas de libertação nacional dos países africanos de língua portuguesa do final dos anos 60 e 70, pelo movimento dos direitos civis nos EUA, estes movimentos, grosso modo, entendiam que o Estado brasileiro era essencialmente racista e regido por valores civilizatórios centrados no eurocentrismo. Tais valores confrontavam-se com supostas demandas da população negra por uma sociedade efetivamente “cega à cor”, ou então que discriminasse os grupos raciais marginalizados positivamente. Havia pouco espaço para o desenvolvimento de diálogo

14 Cf. Gohn. 2002, p. 309.

e de arranjos políticos entre movimentos negros e Estado nesta estrutura. O mito da democracia racial era reverenciado como tecnologia racial tipo “exportação”, brandida pelos porta-vozes do Estado como a “solução” tipicamente brasileira para aplainar resquícios de eventuais conflitos raciais. As organizações negras que discursavam e se opunham ao Estado eram vistas, portanto como excrescências de um passado longínquo e sem nexos.

No contexto pós Guerra Fria dos anos 90, temos um quadro completamente diferente. De acordo com as modificações na esfera pública como salientadas acima, os movimentos sociais constituídos como ONGs estarão bem mais preocupados em estabelecer diálogos e parcerias com o Estado do que meramente no enfrentamento. Muitas ONGs continuarão a sustentar um discurso crítico duro frente as políticas sociais do Estado e ao predomínio das regras do mercado na condução da vida social, no entanto, a “lógica” de negociação tenderá a ser bem diferente se comparada a anos anteriores.

Tal descrição não é capaz de explicar as transformações mais profundas dos movimentos negros nas últimas décadas. Em outras palavras, não foi meramente a mudança de ordem político-institucional vista em si mesma que fez com que houvesse um aumento extraordinário no número de organizações negras constituídas como ONGs. Se os movimentos negros de base filiativo-nacional conseguiram sobreviver à duras penas com o pequeno apoio financeiro de seus membros e simpatizantes, as ONGs negras - e as ONGs de forma geral - dependiam cada vez mais de financiamentos externos, seja da cooperação internacional ou da ajuda do próprio Estado. Tal constatação não traduz exatamente as mudanças assinaladas, tampouco pretende significar posturas mais ou menos combativas ou críticas em relação a atuação destas ONGs frente ao Estado.

Outro componente fundamental desta transformação de base “institucional” relaciona-se as novas identidades políticas que vieram a se formar nos anos 90. Praticamente todos os movimentos sociais encontraram dificuldades diversas em termos de atração e mobilização de novos militantes dispostos a dedicar tempo as causas sociais. Em organizações ou partidos políticos de tipo filiativo é comum que os militantes dediquem parte de seu tempo as causas defendidas por sua entidade ou ideologia política. Com a necessidade de profissionalização de quadros no mundo das

ONGs e dos partidos, exige-se muito mais tempo para que as tarefas mínimas possam ser efetivamente cumpridas. O militante é dessa forma transformado em funcionário-militante, sendo responsável por determinadas tarefas dentro da organização: secretário executivo, coordenador de projetos, secretária (o), assistente de projetos etc. É comum que se encontre em tais organizações pessoas que, na realidade, não são necessariamente militantes ou ativistas “orgânicos”. Pelo contrário, desempenham papéis específicos de caráter administrativo ou gerencial, raramente envolvidos no *fazer político* da instituição.

Levando-se em consideração as dificuldades em transformar o *tropo* raça em combustível político, os movimentos negros caracterizam-se historicamente pelo ativismo de elites políticas e intelectuais (MAUES, 1997). Aqueles que se (auto) identificam como “negros” e fazem disso sua principal identidade política tem sido ao longo da história recente brasileira segmentos minoritários no conjunto da população negra. O papel da estruturação do racismo no imaginário social continua a ser um dos mais importantes elementos de *recusa e blindagem* na construção de uma identidade negra como valor e projeto, bem como os apelos constantes por embranquecimento presentes nos meios de comunicação, livros didáticos e peças publicitárias de todo tipo. Por outro lado, observam-se mudanças sensíveis neste cenário. O crescente debate sobre políticas de ação afirmativa para negros tem sido acompanhado por uma maior assertividade pública da identidade negra, especialmente entre os mais jovens. Neste sentido os meios de comunicação de massa, em especial a televisão, desempenham um papel de suma relevância no entendimento deste fenômeno. Novelas, filmes e publicações periódicas que trabalham positivamente com a imagem dos negros terminam por exercer um papel determinante na construção ou definição de uma auto-imagem racial positivada.

Os fatores de mudança institucional e política dos movimentos sociais e dos movimentos negros sublinhados acima influenciarão de forma direta na direção da “onguização dos movimentos negros”. Muitas organizações não-governamentais negras resultam de rupturas de outras organizações negras de base filiativa, redes específicas de organizações ou outras ONGs. De acordo com Edna Roland, esta é uma característica tipicamente presente nos movimentos negros. A própria história da Fala Preta! e do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) são exemplos

nítidos e significativos de tais mudanças. A primeira surgiu de uma ruptura interna do Geledès e o segundo abrigou e fomentou inúmeras iniciativas que resultaram em organizações negras, como no caso da ONG Criola, ou organizações de inspiração cultural e de bairro, como o Grupo Cultural AfroReggae, ambos do Rio de Janeiro. Nas palavras de Edna Roland

“O Movimento Negro é um movimento cujos militantes tem origens muito diversas e variadas. Tem gente que vem de igrejas, de partidos, movimento sindical, de movimentos feministas, de organizações de base, de moradores, enfim, é múltiplo em termos das origens de seus militantes. É um movimento cuja forma de surgimento de organizações se dá freqüentemente com base na ruptura. Muitas organizações surgem a partir de rupturas de outras organizações, é uma maneira de crescer. A organização cresce e em um determinado momento se rompe e surge uma nova organização. Isso é freqüente no Movimento Negro. Não sei se isto caracteriza os outros movimentos sociais¹⁵”.

Na realidade, outros movimentos sociais também se caracterizam por formações semelhantes, com pessoas advindas de vários outros espaços de militância política, comunitária ou de igreja. A geração de novas organizações dificilmente resultam em projeto de formação de organização coletiva, com perspectiva de abrangência nacional e, conseqüentemente, objetivando angariar multidões de afiliados. Pelo contrário, geralmente são iniciativas de grupos pequenos de pessoas, com perfis de atuação bastante semelhantes: mulheres negras, lésbicas, intelectuais, etc. Por outro lado, há que se ressaltar a importância da formação de redes ou de alianças específicas nos movimentos negros nos últimos anos, como a Aliança Afro-Latino Americana e Caribenha, formada durante o processo preparatório para a conferência

15 Entrevista Edna Roland.

contra o racismo em Durban; a Articulação de ONGs de Mulheres Negras, basicamente sob o mesmo propósito; a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros que reúne acadêmicos e intelectuais negros e negras de várias áreas de formação, juntamente com a contribuição de pesquisadores não-negros das relações raciais. Predomina, contudo, o surgimento de organizações negras imaginadas e organizadas desde o início no formato de ONG, como no caso do Geledès. Na opinião de Nilza Iraci

“O processo da chamada ongnização (sic) não é tão grande. Eu diria que o Geledès é uma das primeiras ONGs negras deste país. Nós nascemos com a proposta de ser uma ONG. E qual era o sentido de ONG - embora a gente tenha se transformado numa coisa híbrida? Era exatamente no sentido expresso do que seja uma ONG: produção do conhecimento, etc.¹⁶”.

Como exposto linhas acima, os militantes negros são oriundos de várias formações políticas: sindicatos, partidos políticos, igrejas, associações de moradores, núcleos universitários, etc. A tentativa de separar ou dividir em termos lógicos os sentidos de *Movimento Negro* e *ONG negra* é freqüentemente turvado pela prática política, na medida em que há um constante hibridismo entre uma dimensão e outra. Em termos de enunciação política no espaço público, junto à sociedade civil e o Estado, os discursos e negociações em torno das demandas da população negra ou de segmentos específicos desta, aparecem como os do *Movimento Negro*, vistos genericamente e não como essa ou aquela ONG especificamente. Em outras palavras, muitos militantes dos “movimentos negros” independentemente de pertencerem a ONGs negras, organizações filiativo-nacionais ou mesmo outras instâncias de atuação política como as universidades, sindicatos, associações de moradores, etc, - verão a si mesmos como simplesmente “militantes do movimento negro”. A representação coletiva feita destes e por estes, tendem a uma sincronia em termos de significado, pouco importando a origem específica de sua organização. Tal descrição é relevante no contexto esboçado aqui. O protagonismo ou hegemonia política das ONGs negras no

16 Entrevista Nilza Iraci.

processo preparatório à 3ª CMR em detrimento de organizações negras de base filiativa como o MNU, Unegro e outros - o que não significa afirmar, no caso dessas últimas, que não participaram de nenhuma fase ou momento da preparação brasileira a conferência de Durban - atesta em muitos sentidos uma maior capacidade de “mobilização de recursos” e convergência de interesses por parte das primeiras que das segundas.

A escolha em se estruturar institucionalmente como ONG responde muitas vezes a necessidade jurídica de obtenção de recursos financeiros e de relação de parceria com o Estado. O rótulo ONG geralmente é sinônimo de organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e com capacidade técnica de atuação e gerenciamento de recursos financeiros de natureza privada ou pública. Devido a profusão de ONGs que trabalham em praticamente todos os campos de atuação imagináveis - de “meninos de rua”, passando por reciclagem de lixo seletivo, proteção de espécies animais, promoção da paz, justiça social, direitos humanos etc - sem contar com aquelas que cuja identidade de ONG não corresponde necessariamente a natureza institucional proposta a percepção correta do que seja de fato ONG tornou-se bastante confusa.

Diferentemente da retórica de organizações de base filiativo-nacional, as ONGs negras tendem a centrar seu trabalho em áreas específicas de atuação, propondo intervenção em determinados espaços sociais e com público-alvo pré-definido (mulheres negras, adolescentes, crianças, empregadas domésticas, etc). O Geledès - Instituto da Mulher Negra, por exemplo, tem como proposta de trabalho fazer intervenção política em prol das mulheres negras em diferentes campos de atuação: direitos humanos, saúde reprodutiva, educação de jovens e adultos, etc.

Regra geral, organizações negras “nacionais” ou ONGs negras têm como eixo e ponto de convergência forte o combate ao racismo ou a extensão da cidadanização para os negros (MENDES, 2007: 6). No entanto, as ONGs, em função de experiências acumuladas e da lógica específica de atuação de tais organizações parecem gerar mais confiança, tanto nos resultados concretos das atividades propostas quanto para captar recursos. Não por acaso, isso reflete simultaneamente crises em termos de legitimação pública dos movimentos sociais quanto estratégias de enfranquecimento político de ações massivas, geralmente levadas a cabo por conjunturas anti-esquerdistas.

No Rio de Janeiro, organizações não-governamentais negras como o CEAP, surgida nos anos 80, foram extremamente importantes e um dos principais interlocutores junto ao governo federal durante o processo de mobilização para conferência de Durban. Ivanir dos Santos, secretário executivo e conhecido nacional e internacionalmente como importante liderança negra, foi um dos grandes articuladores no Rio de Janeiro no trato com a delegação brasileira. Sua ligação política e pessoal com Benedita da Silva, ex-governadora petista do Rio de Janeiro e presidenta da Conferência Nacional contra o Racismo e Intolerância, facilitou imensamente o trânsito de Ivanir dos Santos e sua organização tanto entre setores do governo federal quanto entre as próprias organizações negras, ainda que internamente aos movimentos negros seja alvo de críticas e divergências ideológicas diversas. Questionado sobre a participação de sua organização no âmbito dos movimentos negros afirma que

“Se você estudar o Movimento Negro nos últimos quinze anos você verá que o Ceap foi um dos protagonistas importantes neste cenário. Por quê? Porque não é pura e simplesmente uma ONG. Tem ONG que é ONG para assessorar e tal, mas não é protagonista de nada no fundo. O Ceap, por ter esta característica de ser pessoas de base, popular, pessoas que vieram do movimento negro, seguimento mais empobrecido, mulheres, favelados, etc, por isso que tivemos essa característica diferenciada. A gente não está interessado em fazer estudo por estudo. A academia é importante, inegável, mas quando seu estudo tem uma interferência na conjuntura é fundamental”. p. 3 (Ivanir)

A fala de Ivanir dos Santos destaca o caráter híbrido de formação de sua organização, ora organização de ponta representando publicamente e em determinados espaços falando pelo *Movimento Negro*, ora simplesmente ONG negra com trabalho específico sobre dimensões da chamada questão racial, direitos

humanos, promoção de campanhas sobre políticas de ação afirmativa, atendimento jurídico as vítimas de racismo, etc. Dentre as poucas organizações negras financiadas por fundações internacionais, como por exemplo, a Fundação Ford, Fundação Kellogg, etc, no auxílio ao processo de preparação dos movimentos negros para a 3ª CMR, o Ceap foi sem dúvida uma das organizações negras que mais recursos obteve.

Devido às razões que elencamos acima, historicamente tem se constituído um desafio importante para a construção de representações e lideranças negras coletivas que possam negociar e falar legitimamente em nome do *Movimento Negro*. Sem a pretensão de um recorte necessariamente lógico, desde os anos 80 até o final dos anos 90, em função do caráter plural do movimento, a representação pública deste ator coletivo sempre foi fruto de intensas disputas internas. Neste sentido, Ivanir dos Santos sustenta que a militância de sua geração tentou, sem sucesso, a construção de uma representação efetivamente coletiva dos movimentos negros frente à sociedade civil, em que a diversidade político-ideológica de cada organização pudesse ser respeitada. No entanto, os exemplos de negociação política dos movimentos negros durante o período de preparação da conferência frente ao Estado poderiam ser vistos como tentativas de representação coletiva entre estas duas esferas. A questão que deve ser posta neste caso é: quais e que tipo de organizações negras falam em nome dos movimentos negros?

Em suas palavras:

“Ai sim o movimento negro, pela primeira vez, vai ter uma instância de representação coletiva, o que hoje ele não tem. Tem seguimentos que nos representam, uma ONG ou outra; fala para sociedade porque tem mais preponderância naquele momento em seu trabalho, como o Geledès, o Ceap, o Criola, mas isso ainda é muito frágil em vista do que seria o coletivo da diversidade que há no Brasil e do que seria o movimento (negro) no Brasil¹⁷”.

17 Entrevista Ivanir dos Santos

Dentre os fatores que irão caracterizar a chamada “onguização dos movimentos negros”, ou seja, a lógica interna na disputa de poder na condução da agenda pública do movimento, a representação coletiva será vista por muitos militantes como questão-chave na distribuição e uso do **capital político** pelo conjunto das organizações. Como nas palavras de Nilza Iraci

“Tem uma coisa que o Movimento Negro continua repetindo que eu acho que é complicado é a questão da representação. É a representação pela representação”.

Em tese, todo movimento social tem por necessidade legitimar interlocutores junto a esferas de representação do poder constituído que irão, em nome do movimento que dizem representar, “falar por todos”. No caso dos movimentos negros não é muito diferente. Organizações que usufruem de mais experiência organizativa, cujo aprendizado e manipulação de *lobby* político junto as instâncias de Estado possibilitam a construção de parcerias e redes políticas diversas, tendem a centralizar decisões e a hegemonizar processos decisórios. Não se trata puramente de maquiavelismo ou oportunismo político. Tais conjuntos de organizações ou organizações isoladas acreditam atuar muitas vezes em nome de toda “causa”, prestando verdadeiramente um serviço tanto para os movimentos negros como um todo quanto para o conjunto da população negra, teoricamente o destino principal de suas ações. As tentativas por parte dos movimentos negros de construir uma instância nacional de representação coletiva dos negros é intrínseca a sua própria história. Hédio Silva, a este respeito, nos fala

“Eu não vou para Orun, quando eu tiver que ir, com a sensação de missão cumprida se eu não deixar minimamente articulada às bases para uma organização negra nacional. Esse é um dos desafios do Movimento Negro: criar uma organização política

*negra nacional forte*¹⁸.

Apesar de todas as conquistas públicas do movimento, nos parece que a ausência de organização negra nacional, como a que o Movimento Negro Unificado deveria ser e não é, ou então outras organizações de mesma natureza aparece constantemente nos discursos dos militantes como tarefa do conjunto da militância para os anos vindouros e como fracasso. Ao mesmo tempo, a legitimação de lideranças negras (como pessoas e também como organizações) parece não ser tão simples, como aparentemente em outros movimentos sociais, vide o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Novamente, Hédio Silva contextualiza tal situação no seguinte sentido

“Esse é um dos desafios do Movimento Negro: criar uma organização política negra nacional forte. Quando eu penso que nos anos 30, quatro caras semi analfabetos, sem formação superior, que certamente não andavam de navio - que era como se andava -, o avião começava a aparecer, não tinham relação internacional, mal falavam português, criaram uma organização negra nacional, é vergonhoso para a minha geração que vire e mexe numa mesa de boteco em que todos os pretos são doutores, falam línguas, viajam de avião pra cima e pra baixo... É vergonhoso que estas pessoas não sejam capazes de criar uma organização nacional negra. É uma derrota. A maior derrota que a minha geração pode sofrer é não ter criado uma organização política negra nacional. A institucionalização, esta questão do surgimento de ONGs, é absolutamente positiva por várias razões¹⁹”.

Na interpretação de Hédio Silva, a constituição efetiva de uma organização

18 Entrevista Hédio Silva.

19 Idem.

negra nacional - ele não considera que organizações tais como Unegro, Agentes de Pastoral Negros, MNU, etc, sejam nacionais no sentido pleno de abrangência de toda diversidade existente nos movimentos negros - requer a formação de uma elite política e intelectual negra. Mesmo desta forma, as ONGs negras não serão vistas negativamente. Em suas palavras

“(...) muitas pessoas acham que sou um cara elitizado porque sempre disse isso, não poderia acreditar que o Movimento Negro daria um salto de qualidade se não tem uma elite intelectual. Carecemos ainda de uma elite intelectual, uma classe média negra pensante capaz de liderar. Em qualquer parte do mundo o movimento social, os partidos políticos, tragicamente ou não, nunca foi conduzido por operários. (...) acho que na verdade a criação das ONGs para mim foi bárbaro porque impulsionou a formação de uma intelectualidade, com independência. Hoje, por exemplo, se você quiser fazer uma pesquisa sobre homicídio e preto no Brasil, escreve um projeto para FAPESP, sendo doutor e pronto, tenho dinheiro para estar discutindo como muda a segurança pública sobre este ponto de vista. Essa autonomia foi fundamental²⁰”.

As ONGs negras, como o próprio CEERT, desempenharam durante o processo preparatório um papel tanto do ponto de vista logístico, produzindo informações e dados, quanto a mediação entre os movimentos negros, o Estado e o conjunto organizado da sociedade civil. Para isso uma elite negra teria que ser formada ou, se já existente, estimulada a fim de possibilitar as lideranças escolhidas o mínimo de condições de exercício de tal tarefa sob a legitimidade de todos. Seria esta a intenção da insistência em políticas de ação afirmativa? Independente se determinadas

20 Entrevista Hédio Silva.

organizações possuem ou não legitimidade frente a todas as outras organizações, em determinados contextos parece que a experiência político-institucional de cada uma é que se faz valer. Neste sentido, é interessante sublinharmos novamente o depoimento de Ivanir dos Santos, em que afirma que

“(...) depois o Ceap vai ter um papel que é muito importante que vai ser no primeiro ENEN - Encontro Nacional de Entidades Negras que vai acontecer em 1991, que vai acontecer junto com a campanha Não Matem Nossas Crianças. Vamos percorrer o Brasil todo com essa campanha mobilizando as entidades negras, inclusive financiamos essa ação com recursos próprios e vamos reunir em 91 em São Paulo mais ou menos 700 delegados de 250 grupos negros de 17 estados brasileiros. Isso é uma coisa inédita, do ponto de vista do número de pessoas, em termos de representação, acho que o movimento negro nesses anos todos nunca conseguiu fazer um encontro tão plural e levando em conta que os 700 delegados que estavam lá foram tirados na base de 7 por 1. O único seguimento importante que ficou fora deste encontro foi o MNU”. (grifos nossos)

Logo em seguida questiono porque

“Porque eles não quiseram aceitar a regra do jogo. Eles acharam que era uma grande luta travada contra uma organização negra nacional. No movimento negro é muito comum isso, você começa a fazer uma coisa e ao invés de vir contribuir pensam que você esta construindo uma instância de poder separadamente. Ai vai reparar depois que não é nada disso, foi o caso, por exemplo, da Frente Negra. Mas ai já era, o

estrago provocado já foi enorme. Tanto que o MNU não quis respeitar a regra de tirar delegado na base, mandou uma lista de seus representantes no encontro e acabaram sendo barrados, porque seria um desrespeito a várias outras organizações com característica nacional: (Agentes) Pastoral do Negro, União e Consciência Negra, etc. Foi uma perda, para o MNU especialmente, e para o MN em seu conjunto²¹”.

Naturalmente que a fala de Ivanir dos Santos circunscreve um determinado contexto político, por isso não deve significar que em todas as outras situações em que os movimentos tentaram construir ações coletivas a lógica da representação tenha necessariamente atrapalhado ou impossibilitado a viabilização das ações ou o avanço de pontos específicos. Vimos acima que também na condução da marcha de 1995, novamente aparece em cena a dificuldade de representar de forma equânime o conjunto das organizações negras.

Desde pelo menos os mandatos do senador Abdias do Nascimento e Benedita da Silva nos anos 80 que o debate sobre as chamadas “política compensatórias” ou políticas de ação afirmativa tem dividido o *movimento*. Um dos carros chefes dos movimentos negros para a 3ª CMR foram exatamente às reivindicações de adoção, pelo Estado e também pela iniciativa privada, de políticas de ação afirmativa, especialmente nas universidades públicas. Novamente, de acordo com as entrevistas realizadas, as tensões entre ONGs negras e organizações negras nacionais reaparece. Certamente redundaríamos em um reducionismo grosseiro se explicássemos tal divisão entre demandas por transformação radical da sociedade e mudanças pontuais, negociadas em outro. Os primeiros estariam representando as organizações negras nacionais tais como MNU, Unegro, etc, que veriam as políticas de ação afirmativa como insuficientes para as demandas históricas da população negra; e os segundos as principais ONGs negras do eixo Rio/São Paulo/Brasília, cuja interpretação em torno da adoção de políticas de ação afirmativa estaria em compasso com o pensamento liberal

21 Entrevista Ivanir dos Santos.

sobre políticas redistributivas. Ivanir dos Santos resume bem este conflito ao afirmar que

“(...) as ONGs (negras) tiveram um papel mais elaborado no sentido de elaborar o que eram políticas de ação afirmativa. Isso não é o movimento. E acabou que esta história das ações afirmativas virando uma agenda dos movimentos. Do MNU, que a um tempo atrás era contra. O MNU dizia que cota era reforma. Fui para um debate do MNU onde apanhei muito²²”.

Novamente aparece na fala do militante uma certa distinção entre o que seria o *movimento*, suas ações e singularidades e o que representariam as ONGs negras. Afinal, são produtos diferentes ou expressões políticas diferenciadas que no fundo traduziriam basicamente a mesma coisa, ou seja, a idéia de movimentos negros plurais com utopias semelhantes: a superação do racismo? Implicitamente tal distinção também expõe o que poderíamos designar como campos antagônicos nos movimentos negros da atualidade. As organizações “nacionais”, *ainda* sob influência das ideologias de esquerda dos anos 70, socialistas e revolucionárias, representariam uma espécie de *tradicionalismo político*, estariam como que paralisadas no fluxo da história, enquanto as ONGs negras, antenadas com o tempo presente, com quadros profissionalizados e intelectualizados, atuando em redes nacionais e internacionais, estariam mais próximos de uma *modernidade política negra*. Esta aparente contradição sinaliza parte dos tensionamentos existentes entre concepções organizativas e formas de legitimidade de condução política no que tange a este segmento. De maneira adequada Ivanir dos Santos acentua que as ONGs negras, diferentemente das outras organizações negras “nacionais” souberam se utilizar de uma certa capacidade político-profissional a fim de “elaborar (...) políticas de ação afirmativa”. Essa tensão entre Movimento Negro e ONGs se instalou nesse processo que não ficou resolvido. E a

22 Entrevista Ivanir dos Santos.

ONGs tocaram o barco para frente²³”.

O papel que cada organização ou conjunto de organizações acabou assumindo correspondia as suas capacidades de atuar e de penetrar em determinados espaços de negociação, mais particularmente no contexto da preparação da conferência onde, de acordo com Nilza

“As conferências da ONU são espaços de disputa muitas vezes ferozes, onde você tem que estar preparado para fazer lobby, advocacy, você tem que estar preparado para saber o funcionamento daquilo, para saber quando intervir, onde é que pode ganhar, onde recua. Ou seja, eu acho que não houve por parte do movimento negro a preocupação no sentido de capacitar seus quadros para intervir nesses processos, em nenhum momento, ao contrário do que aconteceu com a articulação. Temos 23 organizações de mulheres negras e nós queríamos que essas mulheres participem²⁴”.

Os depoimentos deixam minimamente transparentes que as ambigüidades de sentido do que a idéia de “Movimento Negro” representa continuam dando a tônica da capacidade de atuação deste ou daquele segmento do *movimento*. Entretanto, nos parece que a “onguização dos movimentos negros”, seguindo ou não uma tendência geral dos anos de 1990 e década de 2000 quanto as mudanças de estruturação dos movimentos sociais, tem a virtude de mostrar que este movimento social experimenta formas específicas de mudança e renovação de suas práticas. Poucos poriam em dúvida que durante todo o processo de preparação para a CMR as organizações não-governamentais negras foram as mais capazes na articulação e construção de parcerias pontuais com outros segmentos da sociedade civil e do próprio governo federal a fim de garantir que suas pautas fossem devidamente asseguradas. Naturalmente que tal

23 Entrevista Ivanir dos Santos.

24 Entrevista Nilza Iraci.

constatação não traduz valorativamente que a “onguização” seja boa ou ruim, positiva ou negativa. Em definitivo não se trata disso. Trata-se, antes, de voltarmos o olhar para a complexidade de analisar os movimentos negros e, mais amplamente, as mudanças estruturais na sociedade brasileira, tendo como filtro e referencial a continuidade do racismo e os desafios de sua superação. A conferência contra o racismo de Durban marcou, imagino, senão o início de um momento extremamente fecundo para o repensar das relações raciais na sociedade brasileira ou, se quisermos, uma mudança profunda na maneira como pensamos e atuamos em termos de “política racial” em tempos de “desmascaramento oficial” do mito da democracia racial. Teoricamente, tal momento vem representando para os movimentos negros uma oportunidade de ouro sempre sonhada: a da legitimidade de sua luta.

Referências Bibliográficas:

BENTO, Maria Aparecida Silva. *O legado subjetivo dos 500 anos: narcisismo e alteridade racial*. São Paulo, 2000 (mimeo).

CARNEIRO, Sueli. *A Batalha de Durban*. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 10, 2002.

_____. *Durban não terminou*. In.: **Revista Fórum** (www.revistaforum.com.br), nº 2, 2001.

COSTA, Sérgio. *A construção sociológica da raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, número especial, 2002.

D'Adesky, Jacques. *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: racismo e anti-racismo no Brasil*. - Rio de Janeiro : Ed. Pallas, 2001.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. Coleção Polêmicas do Nossos Tempo, v. 33.

GRIN, Mônica. *Esse ainda obscuro objeto de desejo: políticas de ação afirmativa e ajustes normativos- o seminário de Brasília*. In.: *Novos Estudos Cebrap*, nº 59, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999. 240p.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio e Huntley, Lynn (orgs.). *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HANCHARD, Michael G. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*; tradução de Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle e. *Relações raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

HERINGER, Rosana. *Relatório Diálogos Contra o Racismo*, avulso, 2001.

HERINGER, Rosana. (org.). *Sonhar o Futuro, Mudar o Presente: diálogos contra o racismo, por uma estratégia de inclusão racial no Brasil*, 2002. Publicação do Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

MAUES, Maria Angelica Motta. *Negro sobre negro: a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras*. 1997. 329 f. Tese (doutorado).

- PEREIRA, Amauri M. Movimento Negro Brasileiro: Motor e Ponta-de-Lança da Luta Contra o Racismo. Rio de Janeiro: Cadernos CEAP, 2007.
- PINTO, Regina Pahim. *O Movimento Negro em São Paulo: luta e identidade*. São Paulo: USP, tese de doutorado, 1993.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org). *Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- SILVA, Joselina da. *O Movimento Negro após o Estado Novo*. In: II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, 2002, São Carlos. II Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, 2002.
- ROLAND, Edna. *O Movimento de Mulheres Negras Brasileiras: desafios e perspectivas*. In.: GUIMARÃES, Antônio Sérgio & HUNTLEY, Lynn (orgs.). “Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil”. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- TELLES, Edward E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Trad. Najeda Rodrigues Marques, Camila Olsen. - Rio de Janeiro : Relume Dumará : Fundação Ford, 2003.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.